Senado Federal Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas Recebido em<u>O3 | O21 |</u>2010 , às <u>12:10</u> Leone / estagiário



CONGRESSO NACIONAL

MPV-523

00012

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| Data: 2/2/201 | Proposição: Medida Provisória nº 523/2010 | | | | |
|----------------|---|---------------------|---------------|------------|-------------------|
| Aut | tor: Dep. Pauderne | y Avelino – DEM | I/AM | | N° do prontuário |
| . []supressiva | 2. [] substitutiva | 3. [X] modificativa | 4. [] aditiva | 5. [] sul | bstitutivo global |
| Página | Artigo 1° | Parágrafo | Inciso | | Alínea |
| | | TEXTO / JUSTIFIC | AÇÃO | - | |

O artigo 1º da Medida Provisória nº 523, de 2011 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º Fica a União autorizada a conceder subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, a partir da publicação desta Medida Provisória, sob a modalidade de equalização de taxas de juros, em operações de financiamento contratadas até 31 de dezembro de 2011, destinadas a capital de giro e investimento de empresas e micro empreendedores individuais localizados em Municípios atingidos por desastres naturais e que tiverem decretado estado de emergência ou calamidade pública, excluindo-se a incidência dos tributos federais nas operações de financiamento de que trata este artigo."

JUSTIFICAÇÃO

A desoneração de investimento é tema recorrente e consensual, tanto no Governo quanto na Oposição. A reforma tributária, necessariamente, tratará desse assunto. Em circunstâncias emergenciais advindas de calamidades públicas, a iniciativa governamental pode avançar muito mais, desonerando os financiamentos que visam a reconstruir a atividade econômica em ruínas.

A renúncia de receita, que poderá ocorrer desta emenda, será insignificante em relação aos benefícios socio-econômicos que protegem em derradeiro a dignidade das pessoas atingidas pela situação de calamidade. No entanto, a proposta coaduna-se com a LRF, em tese, pois a despesa alocada dentro do limite definido para as operações de financiamento subvencionadas pela União não gera expectativa de receita realocável às novas despesas no exercício orçamentário corrente, não impactando, assim, o resultado primário.

PARLAMENTAR

Dep. Pauderney Avelino

DEM/AM

